



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 3.428, DE 2023

(Do Sr. Arnaldo Jardim)

Fixa o limite máximo de chumbo em tintas e materiais similares de revestimento de superfícies

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE
DEFESA DO CONSUMIDOR E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(Do Sr. ARNALDO JARDIM)

Fixa o limite máximo de chumbo em tintas e materiais similares de revestimento de superfícies

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei fixa o limite máximo permitido de chumbo em tintas e em materiais similares de revestimento de superfícies.

Art. 2º Para os efeitos dessa lei, considera-se:

I - tinta: mistura típica de resinas, pigmentos, solventes e aditivos, incluindo vernizes, lacas, selantes, esmaltes e revestimentos usados para qualquer propósito, cuja finalidade é de revestir uma dada superfície ou substrato para conferir proteção, cor e beleza;

II - materiais similares de revestimento de superfícies: produtos empregados, com finalidade de proteção, preparação ou acabamento de superfícies, incluindo os fundos (primers e seladores), os géis para efeitos, os hidrofugantes, os impregnantes (stain), os líquidos para brilho, as resinas impermeabilizantes e as texturas, abrangendo os produtos das máquinas misturadoras;

III - fabricante: pessoa natural ou jurídica que se dedica à fabricação de tintas e materiais similares de revestimento de superfícies;



* C D 2 3 3 3 3 8 9 9 2 8 4 0 0 *

IV- importador: pessoa natural ou jurídica que promova a entrada de tinta e materiais similares de revestimento de superfícies no território aduaneiro do Brasil.

Art. 3º É proibida a fabricação, comercialização, distribuição e importação de tintas e materiais similares de revestimento de superfícies com concentração igual ou maior que 90 ppm (noventa partes por milhão) de chumbo, em peso, expresso como chumbo metálico, determinado em base seca ou conteúdo total não-volátil, observado o prazo de um ano a contar da data de publicação desta lei, para fabricantes e importadores se adequarem em seus processos de fabricação e/ou importação ao limite ora estabelecido. Ou seja, a proibição prevista na presente cláusula passará a ter vigência somente após o prazo de 1 (um) ano contado da data de publicação desta lei.

Parágrafo 1º: As tintas e materiais similares de revestimento de superfícies fabricadas ou importadas até o prazo de um ano a contar da data de publicação desta lei poderão ser comercializado(a)s até o final do seu prazo de validade. Parágrafo 2º: São exceções ao limite de 90 ppm (noventa partes por milhão) de chumbo mencionado as seguintes tintas de aplicação industrial e/ou marítima: (a) tintas anti-incrustantes à base de biocidas contendo em suas formulações óxido de cobre; e (b) tintas anticorrosivas que contenham em sua composição zinco em pó. Para estas tintas, fica estabelecido o limite máximo de 600 ppm (partes por milhão). Fica estabelecida também a obrigatoriedade, para estas tintas, de estampar em seus rótulos os seguintes dizeres: “Perigo: contém chumbo. Não aplicar em superfícies acessíveis a crianças e/ou mulheres grávidas.”

Art. 4º A fiscalização das obrigações desta lei será realizada por órgãos ou entidades de direito público ou privado com competência legal por ele delegada. Parágrafo único. As ações de fiscalização não incidirão sobre a utilização dos produtos abrangidos por esta lei pelo consumidor final ou em processos de fabricação ou montagem de outros bens.

Art. 5º O fabricante e o importador de tintas e materiais similares de revestimento de superfícies que deixar de atender aos dispositivos desta Lei,



estarão sujeitos às seguintes penalidades: I - notificação; II - apreensão do produto; III - multa equivalente ao valor da mercadoria apreendida;

Art. 6º As tintas e materiais similares de revestimento de superfícies considerados irregulares serão apreendidos em caráter definitivo, cabendo ao fabricante ou importador o custeio e a realização da destinação final ambientalmente adequada, na forma da Lei nº 12.305, de 2010 e suas alterações.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser regulamentada no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias a partir do início de sua vigência.

Art. 8º Revoga-se a Lei nº 11.762, de 1º de agosto de 2008, bem como o Regulamento previsto no Decreto nº nº 9.315, de 20 de março de 2018, mantido o limite de concentração de chumbo em tintas e materiais similares de revestimento de superfícies nela estabelecido, enquanto não entrar em vigor o novo limite estabelecido no Artigo 3º desta lei.

JUSTIFICAÇÃO

A atual legislação brasileira estabelece o limite máximo de 600 ppm (0,06%) de chumbo em tintas imobiliárias. Dito isso, desde 2008 novas tecnologias permitiram a substituição de matérias-primas utilizadas na produção de tintas sem perda de performance. Assim, o presente Projeto de Lei busca reduzir o limite máximo permitido para 90 ppm, garantindo ao Brasil ganhos ambientais, sociais e internacionais.

Historicamente, compostos de chumbo foram adicionados a tintas para acentuar a cor, reduzir a corrosão em superfícies metálicas e auxiliar na secagem. Pelas mesmas razões, compostos de chumbo podem estar presentes em produtos como vernizes, lacas, esmaltes e primers. Todavia, deve ser destacado que atualmente existem pigmentos, secadores e ingredientes anticorrosivos sem adição de chumbo amplamente disponíveis para uso na maioria das tintas.

Com a evolução tecnológica, tornou-se possível substituir os compostos à base de chumbo utilizados em alguns tipos de tintas. A preocupação com a saúde humana



levou a uma mobilização em âmbito global tanto para a prevenção da exposição de crianças ao chumbo de tintas formuladas com o metal quanto para minimizar a exposição ocupacional a tintas com chumbo. Nesse sentido, a comunidade internacional, governos, indústria e organizações não governamentais vêm trabalhando em conjunto para promover o estabelecimento de leis sobre chumbo em tintas em todos os países.

No caso das tintas, a partir da década de 1980 e até o início do século XXI, a maioria dos países industrializados adotou leis ou regulamentos para controlar o teor de chumbo em tintas imobiliárias e de uso infantil, tendo como base constatações claras de que crianças estão expostas a esses produtos. Foi o que aconteceu também no Brasil, onde legislação com essa finalidade foi aprovada em 2008.

Em 2009, a Conferência Internacional sobre Gestão de Produtos Químicos, de acordo com a política denominada Enfoque Estratégico para a Gestão Internacional de Produtos Químicos (“SAICM”, na sigla em inglês), endossou uma parceria mundial para a promoção da eliminação gradual de tintas com chumbo e convidou o Programa de Meio Ambiente da ONU (PNUMA) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) para atuar conjuntamente como Secretaria dessa parceria. Posteriormente, em 2011, foi estabelecida a Lead Paint Alliance com o objetivo de banir gradualmente a fabricação, importação e venda de tintas que contenham chumbo pela via do estabelecimento de marcos regulatórios nacionais adequados. A Lead Paint Alliance promove e coordena os trabalhos de diversas partes envolvidas, incluindo governos, indústrias, organizações não governamentais e organizações intergovernamentais.

Neste cenário, há a prerrogativa do controle da exposição ao chumbo enquanto uma medida positiva à saúde pública, exemplificado pela eliminação do chumbo da gasolina, que promoveu reduções expressivas das emissões atmosféricas e problemas relacionados. Nesse sentido, deve-se também destacar que o chumbo, por ser uma substância tóxica, pode acarretar diversos prejuízos de saúde, como danos permanentes ao cérebro e ao sistema nervoso, anemia, aumento de risco de danos aos rins e hipertensão, além de prejudicar a função reprodutiva. Crianças pequenas e gestantes, quando expostas ao chumbo, mesmo em níveis relativamente baixos, podem sofrer danos neurológicos graves e irreversíveis. O Institute for Health Metrics and Evaluation estimou, com base em dados de 2015, que a exposição ao chumbo de todas as fontes foi responsável por 12,4% dos casos de deficiência intelectual idiopática (ou seja, deficiência mental sem outra causa conhecida).



Outrossim, o chumbo liberado no meio ambiente por qualquer fonte, incluindo tinta com chumbo, também é tóxico para plantas, animais e micro-organismos. Em todos os animais estudados, demonstrou-se que o chumbo causa efeitos adversos em vários órgãos e sistemas de órgãos, incluindo o sangue, o sistema nervoso central, os rins e os sistemas reprodutivos e imunológicos. Tem efeito bioacumulativo na maioria dos órgãos, com exposições ambientais através de múltiplas fontes e vias.

Cabe salientar que o limite regulatório de 90 ppm (partes por milhão) de chumbo como o limite máximo de concentração desse metal proposto pelo presente projeto de lei é o mais baixo e mais protetivo para tintas com chumbo já estabelecido, estando em vigor em locais como Estados Unidos, Canadá e China. Ainda que não seja tecnicamente viável estabelecer um limite ‘zero’ para o teor de chumbo nas tintas, é possível reduzir e delimitar a quantidade da substância.

Entretanto, reconhecendo as especificidades do setor de tintas no que tange à substância, são propostas exceções ao limite de 90 ppm de chumbo para dois tipos de tintas: as tintas marítimas anti-incrustantes (tintas antifouling) e as tintas anticorrosivas à base de zinco. As tintas marítimas anti-incrustantes são aplicadas somente em cascos de navios e embarcações em geral nos estaleiros. Tais revestimentos são amplamente utilizados para manter os cascos dos navios livres de incrustações, como limo, cracas, algas ou moluscos. Isso evita o arrasto excessivo do casco e permite que os navios mantenham a eficiência e consumam menos combustível enquanto navegam.

Desde 2001, a International Convention on the Control of Harmful Anti-fouling Systems on Ships regula os componentes desses revestimentos de modo a evitar danos à vida marítima. Essa convenção autoriza a utilização de determinados pigmentos solúveis, geralmente minerais e metais, que garantem as propriedades dos revestimentos. Não é permitida a utilização intencional de chumbo nesses revestimentos anti-incrustantes, porém a utilização do óxido cuproso (Cu_2O) como ingrediente ativo na vasta maioria deles – sem substituição viável dos pontos de vista técnico e financeiro – faz com que exista a presença de chumbo como contaminante.

Por isso, atualmente, para essa categoria de revestimentos, o padrão das melhores práticas observadas na indústria estabelece um limite praticável de 600 ppm de chumbo total medido na tinta úmida. As especificações de desempenho da Marinha dos EUA para revestimentos marítimos, por exemplo, estabelecem que os níveis de chumbo sejam inferiores a 0,06 por cento em peso (600 ppm) de chumbo total e/ou seus compostos.



Já no que se refere às tintas anticorrosivas à base de zinco, utilizadas em aplicações industriais, hoje não existe tecnologia que atenda os limites propostos de 90 ppm de chumbo, mantendo a performance em ambientes agressivos de acordo com o que estabelece a norma ISO 12944-9 (referente à proteção anticorrosiva de estruturas de aço por sistemas de pintura), sendo também o limite praticável de 600 ppm de chumbo. Essas exceções são adotadas e/ou defendidas internacionalmente inclusive em países que já implementaram o limite máximo de chumbo de 90 ppm para as tintas, considerando a utilização exclusiva das tintas objeto dessas exceções em aplicações marítimas e industriais.

Ante o exposto, solicitamos o apoio dos demais pares na aprovação do presente Projeto de Lei, entendendo os benefícios que a redução da delimitação de chumbo em tintas agregaria não somente para o meio ambiente como também para a população.

Sala das Sessões, em _____ de _____ de 2023.

Deputado ARNALDO JARDIM



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Arnaldo Jardim
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233389928400>



* C D 2 3 3 3 3 8 9 9 2 2 8 4 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI

Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2010-0802;12305
LEI Nº 11.762, DE 1º DE AGOSTO DE 2008.	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2008-0801;11762
DECRETO Nº 9.315, DE 20 DE MARÇO DE 2018	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2018/decreto9315-20-marco-2018-786337-norma-pe.html

FIM DO DOCUMENTO